

Aue

Ulysses afirma que Sarney agora busca 'entendimento'

Luiz Novaes

Da Sucursal de Brasília



Ulysses dá entrevista no Palácio da Alvorada, onde se encontrou com Sarney

O presidente do Congresso constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), disse ontem que o presidente José Sarney tem interesse em uma fórmula de sistema de governo que "resulte do entendimento". Ulysses conversou com Sarney ontem no Palácio da Alvorada, das 11h30 às 13h05, e saiu afirmando que o presidente "se preocupa essencialmente com a governabilidade do país".



O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), um dos relatores da Comissão de Sistematização, disse que dificilmente haverá esse acordo entre constituintes e Sarney antes de terça-feira, dia em que o deputado Bernardo Cabral deverá apresentar o seu segundo substitutivo. Cardoso fez o comentário depois de encontrar-se com um grupo de constituintes que defendem o sistema parlamentarista e com o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). Antes de participar dessa reunião, Sant'Anna esteve com Sarney no Alvorada.

Também pela manhã, o Palácio da Alvorada foi palco de uma outra reunião: parlamentaristas de vários partidos, liderados por Cid Carvalho (PMDB-MA), estiveram com o deputado Sarney Filho (PFL-MA) discutindo a implantação do parlamentarismo de forma gradual. As 21h fariam uma reunião ampliada na casa do deputado Alcei Guerra (PFL-PR) para tentar fechar um acordo em torno da fórmula gradual prevista na emenda Bonifácio de Andrada (PDS-MG), que dá seis anos para Sarney com uma transição ao parlamentarismo por etapas.

Cid Carvalho sugeriu que uma vez solucionado o impasse na área parlamentar o presidente Sarney não colocaria obstáculos. "Você acha que

nós estaríamos aqui se não houvesse clima de conversa?", perguntou. "Não viemos aqui para beber uísque. Havia um clima de conversa que foi consolidado nessa reunião", afirmou. Quanto a Ulysses, disse que seguirá a tendência majoritária do partido e "já avança nessa direção". Sarney Filho, por sua vez, segundo Carvalho, não assina a emenda Bonifácio de Andrada mas se mostrou simpático e "super-sensível" à proposta.

A expectativa do grupo em relação ao encontro previsto para a noite de ontem era grande. Participariam os constituintes do PMDB, PFL, PDS e PTB que mais se destacam em seus partidos na defesa do parlamentarismo.

Além de Cabral e dos coordenadores dos grupos, participaram do encontro os senadores Virgílio Távora (PDS-CE), José Fogaça (PMDB-PR) e os deputados Antônio Brito (PMDB-RS), Konder Reis (PDS-SC), Sandra Cacalvanti (PFL-RJ) e Artur da Távola (PMDB-RJ).

Para discutir educação, comunicação, nações indígenas e meio ambiente, os dois grupos voltaram a se reunir no final da tarde de ontem com Cabral. Ainda insatisfeito com a solução apresentada para o sistema tributário, o governo solicitou uma reunião, na manhã de hoje, com o relator. O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, quer impedir o "esvaziamento dos cofres da União".

Cabral altera de novo o papel das Forças Armadas

Da Sucursal de Brasília

O papel constitucional das Forças Armadas será alterado novamente pelo deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, no texto que entregará na próxima terça-feira. Um acordo entre os dois principais grupos suprapartidários do Congresso constituinte — o dos "moderados" e do "consenso" — deu sustentação para a mudança.

As Forças Armadas passam a ser responsáveis pela "defesa da Pátria, da garantia dos poderes constitucionais, e por iniciativa de um destes, da lei e da ordem". O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), responsável pela negociação entre parlamentares e militares, disse ontem que "não espera reações contrárias das Forças Armadas a esse texto".

Os ministros militares não gostaram da proposta apresentada no primeiro substitutivo de Cabral, que restringia a atuação das Forças Armadas à "defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais, e por iniciativa expressa destes, da ordem constitucional". (No texto anterior, o chamado Projeto Cabral, não constava a expressão "por iniciativa expressa destes". Eles consideram fundamental a inclusão da expressão "da lei e da ordem".

Esta nova solução foi baseada no projeto elaborado pelo grupo dos "moderados", liderado pelo senador José Richa (PMDB-PR), e teve o aval do grupo do "consenso", coordenado pelo deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), um dos vice-líderes do senador Mário Covas (PMDB-SP).

Reforma Agrária

Após uma reunião de quase quatro horas na noite de anteontem, os dois grupos suprapartidários continuaram divergindo sobre a fórmula de imissão de posse a vigorar na nova Constituição, no capítulo da "Reforma Agrária". "Fechamos 90% do texto, mas este ponto foi inconciliável", disse o senador José Richa (PMDB-PR). Sem o consenso, Cabral deve optar por uma das soluções apresentadas.

Além de Cabral e dos coordenadores dos grupos, participaram do encontro os senadores Virgílio Távora (PDS-CE), José Fogaça (PMDB-PR) e os deputados Antônio Brito (PMDB-RS), Konder Reis (PDS-SC), Sandra Cacalvanti (PFL-RJ) e Artur da Távola (PMDB-RJ).

Para discutir educação, comunicação, nações indígenas e meio ambiente, os dois grupos voltaram a se reunir no final da tarde de ontem com Cabral. Ainda insatisfeito com a solução apresentada para o sistema tributário, o governo solicitou uma reunião, na manhã de hoje, com o relator. O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, quer impedir o "esvaziamento dos cofres da União".